

PESQUISA E ESCRITA ACADÊMICA EM DIREITO: UM ENSAIO SOBRE A ELABORAÇÃO DE MONOGRAFIAS, DISSERTAÇÕES E TESES

RESEARCH AND ACADEMIC WRITING IN LAW:
AN ESSAY ON THE ELABORATION OF MONOGRAPHS,
DISSERTATIONS, AND THESIS

Gabriel Ferreira da Fonseca¹

RESUMO: Este texto guia-se pela seguinte pergunta central: quais as principais recomendações práticas que os pesquisadores do campo do Direito devem seguir para alcançar resultados satisfatórios em suas monografias, dissertações e teses? Para chegar a uma resposta para tal questão de caráter prescritivo, recorro às minhas próprias experiências no campo da pesquisa em Direito, notadamente nas áreas de Teoria e Sociologia do Direito, e, principalmente, à literatura produzida em tais áreas e no campo da Metodologia da Pesquisa. A partir de uma metodologia qualitativa, o trabalho analisa diferentes etapas da produção científica (desde a preparação inicial da pesquisa até a revisão final do texto), aliando descrições de inspiração sociológica com recomendações de caráter metodológico. Trata-se, portanto, de um texto científico desenvolvido sob a forma de ensaio teórico, marcado pela mobilização das reflexões acumuladas pelo autor sobre o tema.

Palavras-chave: Metodologia da pesquisa. Escrita acadêmica. Sociologia do Direito. Teoria do Direito. Ensaio teórico.

ABSTRACT: This text is guided by the following research question: what are the central recommendations that researchers in Law should pay attention to achieve good results on monographs, dissertations, and thesis? I guide my answer to that prescriptive question by my own experiences with researches on Legal Theory and Sociology of Law, as well as on the Research Methodology's literature. Based on a qualitative research, the work shows different stages of the scientific activities (from the research's first organizations to the text's final review), combining sociological descriptions with methodological recommendations. Therefore, this is a scientific text developed as a theoretical essay, marked by the mobilization of the reflections accumulated by the author on the subject.

Keywords: Research Methodology. Academic writing. Sociology of Law. Legal Theory. Theoretical essay.

¹ Doutor em Filosofia e Teoria Geral do Direito pela Universidade de São Paulo, com estágio de pesquisa na Unidade de Direito e Sociedade da Faculdade de Sociologia da Universidade de Bielefeld e bolsas de pesquisa da CAPES e do DAAD. Mestre em Filosofia do Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Especialista em Direito Civil pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Bacharel em Direito pela Universidade Federal da Bahia.



1 INTRODUÇÃO

Quais as principais recomendações práticas que os pesquisadores em Direito devem seguir para chegar a resultados satisfatórios em suas monografias, dissertações e teses? Há, certamente, inúmeras possibilidades de resposta para essa questão de caráter prescritivo.

As reflexões que apresento neste texto resultam das minhas próprias experiências acadêmicas nos campos da Teoria e da Sociologia do Direito, mas também do estudo de obras de Metodologia da Pesquisa e do diálogo com professores e pesquisadores dos campos do Direito e da Sociologia. Em síntese, ofereço um texto bastante pessoal com orientações e diretrizes práticas que podem indicar possíveis caminhos especialmente para pesquisadores em Direito preocupados com a produção de trabalhos científicos interdisciplinares.

Quanto à metodologia aqui adotada, recorro à pesquisa qualitativa e opto pela forma do ensaio teórico, em razão do seu potencial reflexivo e interpretativo. Foge-se, em alguma medida, do “formalismo da lógica tradicional”, da busca pela “comprovação mecanicista da realidade” e de um “sistema de compreensão rígido”: “A falta de aprisionamento formal do ensaísta com o objeto empírico permite-lhe refletir em todas as direções” (MANEGHETTI, 2011)².

Uma das características centrais dessa estratégia metodológica é a interatividade. O “ensaio é crucialmente dialogal”: ele é “um pedido de interlocução e espera uma reação do interlocutor”. A sua etimologia está ligada “aos termos latinos *exagium* (pesar) e *exigere* (testar) e, em francês, a *essayer* (colocar à prova) e *essai* (tentativa)”. O termo “carrega a ideia de tentativa de ação especulativa e interpretativa” (BARROS, 2011).

² Como destaca Maneghetti (2011), não se trata de uma desatenção quanto à importância da forma ou da objetividade da ciência, mas “apenas de estabelecer a primazia do conteúdo”: “O ensaio permite que o ensaísta apresente fragmentos de pensamentos, reflexões iniciais e parciais, sem cair na necessidade de apresentar um sistema completo de pensamento. Assim, o ensaio se aproxima das manifestações rápidas da consciência, do intuitivo como característica relevante para a formação do conhecimento. A objetividade sistematizada [...] cede espaço às reflexões rápidas e baseadas em componentes associadas à subjetividade do ensaísta, o que não implica associá-lo a uma aventura meramente subjetiva.” Oportuno ressaltar, ainda, que o “ensaio-teórico” não é um “estudo teórico, baseado em revisões teóricas”, mas, sim, uma produção textual marcada por experimentações e transgressões da “forma convencional e tradicional de pensar a realidade”. Com isso, “o leitor é provocado e mobilizado na sua subjetividade, para concordar ou discordar com o movimento reflexivo que ocorre no percurso da leitura.”

As análises e recomendações metodológicas que proponho refletem pressupostos epistemológicos e teórico-metodológicos que guiam minha forma de ver o mundo e fazer pesquisa. Por exemplo, como já mencionado, minha trajetória de pesquisa está vinculada principalmente às áreas mais reflexivas do Direito, como a Teoria e a Sociologia do Direito. Dentro dessas amplas áreas, meus trabalhos recorrem a diferentes teorias e autores, mas, sobretudo, às abordagens sociojurídicas baseadas na obra do sociólogo alemão Niklas Luhmann e em técnicas de pesquisa empírica, como estudos de casos, entrevistas, pesquisas documentais e análises de discursos. Trata-se, portanto, de um conjunto de reflexões inspiradas pela epistemologia construtivista, que fundamenta a teoria dos sistemas sociais luhmanniana, e por tentativas de pensar os fenômenos jurídicos de forma interdisciplinar e empírica.

Tais limitações (inerentes a qualquer observador) podem exigir um exercício de tradução ou filtragem crítica, especialmente por pesquisadores vinculados a outras tradições institucionais, epistemológicas, disciplinares, teórico-metodológicas etc. Entretanto, feitos os devidos ajustes, as recomendações aqui propostas são aplicáveis às pesquisas em Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas e, em especial, às pesquisas em Direito e em Sociologia do Direito.

O texto desdobra-se nas cinco seções a seguir. Na seção 2, são apresentadas reflexões e recomendações relacionadas ao planejamento da pesquisa e ao início da escrita de textos acadêmicos. Na seção 3, enfrenta-se o tema da necessidade de recalibração do problema ou hipótese e da observação da pesquisa sob outros ângulos. Já na seção 4 abordo a relevância da exposição do projeto de pesquisa e dos relatórios parciais à crítica de orientadores, professores, colegas e amigos. Na seção 5, por sua vez, analisa-se a importância do cuidado com a linguagem científica e a sua ligação com a globalização da ciência. Por fim, na seção 6, como conclusão deste texto, trato do que chamo de lugar de observação do pesquisador e da necessidade de constante revisão das nossas produções acadêmicas.

Desse modo, embora esteja longe de esgotar todas as reflexões e recomendações práticas necessárias ao satisfatório desempenho da atividade de pesquisa em Direito, este texto oferece diretrizes gerais e exemplos concretos de boas práticas científicas que

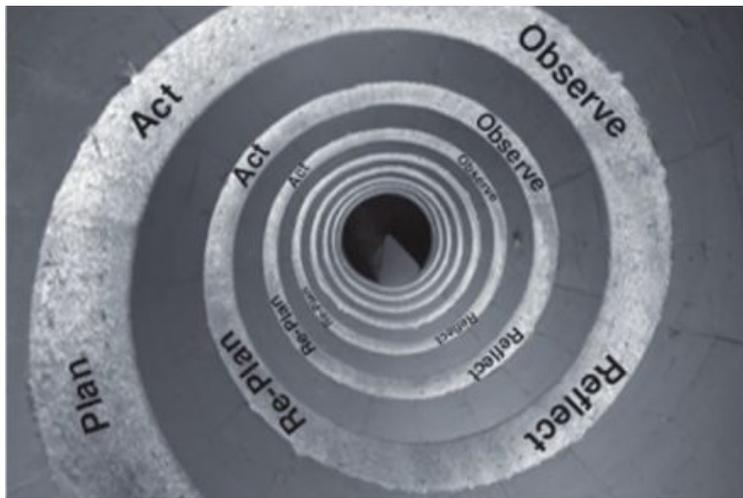
abrangem desde o planejamento da investigação até a sua revisão final. Ao longo do texto, indica-se uma série de obras que podem ser consultadas para aprofundamentos e mais orientações metodológicas.

2 PLANEJAMENTO DA PESQUISA E INÍCIO DA ESCRITA

Ainda que as recomendações deste trabalho sejam apresentadas de forma relativamente linear, as pesquisas científicas nem sempre se desenvolvem linearmente. Embora uma exposição didática sobre esse processo deva começar pela etapa do planejamento, os pesquisadores executam tal tarefa em diversos momentos da investigação. As descobertas podem exigir pausas e retornos para essa etapa inicial de preparação, marcada pelas reflexões de caráter metodológico e pela estruturação do texto.³

A imagem da espiral representa bem o processo de pesquisa, como é possível perceber de forma clara, por exemplo, no caso da chamada pesquisa ação, em que o pesquisador planeja, age, observa, reflete, replaneja e assim sucessivamente (KEMMIS; MCTAGGART; NIXON, 2014):

Imagem 1 – Espiral autorreflexivo da pesquisa-ação



Fonte: Kemmis, McTaggart E Nixon (2014)

³ Além disso, o planejamento é antecedido pelas experiências e pesquisas prévias que podem nos levar à escolha de determinado tópico de investigação. Em alguma medida, a pesquisa inicia-se antes da decisão de investigar sistematicamente determinado tema, já que observamos diretamente a realidade, lemos notícias de jornais, ouvimos relatos de atores sociais, consultamos documentos (leis, decisões judiciais etc.), estudamos assuntos na Faculdade etc. Tudo isso pode ser aproveitado na fase do planejamento, quando selecionamos as fontes, a metodologia, o problema, a hipótese que servirão de base para a pesquisa.

Seguindo essa mesma lógica, uma boa forma de se preparar para a pesquisa que resultará em uma monografia de conclusão de curso, dissertação de mestrado ou tese de doutorado é justamente pensar no resultado final da investigação: o relatório da pesquisa. Textos acadêmicos contam histórias. Então, devemos deixar clara a história do nosso relatório (GREENE, 2013). Para isso, recomenda-se a leitura de bons livros sobre escrita acadêmica e metodologia da pesquisa. Tal mapeamento permite conhecer o que a comunidade acadêmica espera do trabalho.

Embora seja tradicionalmente negligenciada nas Faculdades de Direito⁴, essa etapa inicial de reflexão sobre escrita acadêmica e metodologia da pesquisa é imprescindível. Aqui precisamos reconhecer as nossas limitações e buscar livros, cursos e profissionais que nos ajudem a atingir uma comunicação escrita e científica adequada e eficiente.

Quanto à redação, em linhas gerais, busca-se uma introdução clara, capítulos que contem de forma convincente a história do texto e uma conclusão que faça sentido com tudo que foi anunciado na introdução e desenvolvido ao longo do trabalho. Devemos evitar a todo custo apresentar um texto mal escrito, confuso, desnecessariamente rebuscado ou, simplesmente, chato ou cansativo de ler. Isto é, o nosso objetivo é escrever algo que possa ser uma leitura agradável, pensando em todos os tipos de leitores: os que são especialistas no tema e os que não são sequer da nossa área.

Por outro lado, não se deve “simplificar demais o que é legitimamente complexo” (BOOTH, COLOMB e WILLIAMS, 2005, p. 326). Para tanto, um recurso importante é, por

⁴ No início da década de 1990, Faria e Campilongo (1991) diagnosticaram uma falta de imaginação metodológica na produção de conhecimento das Faculdades de Direito brasileiras. Conforme os autores, as pesquisas em Direito limitar-se-iam à reprodução do legalismo oficial, já que não se conseguiria “imaginar nada além da simples e tradicional pesquisa bibliográfica”, isto é, da revisão de uma literatura “fundamentalmente composta por estudos de exegese normativa ou repertórios de jurisprudência atados a um dogmatismo estrito” e incapaz de investigar as origens históricas, as implicações sociais ou a efetividade das normas jurídicas. Como contraposição a esse positivismo normativista, haveria, em alguns casos, apenas o recurso a um jusnaturalismo expresso, como “crítica ideológica ao direito legislado”. Embora haja alguns avanços em tal cenário, análises atuais, como as de Nobre (2009) e Oliveira (2015), ainda identificam dificuldades metodológicas nas pesquisas em Direito do país, que costumam repetir a lógica da atividade profissional principal dos professores e estudantes (advogados, juízes etc.), assumindo, por exemplo, a forma de pareceres jurídicos. Por outro lado, deve-se registrar que tal diagnóstico não é uma exclusividade brasileira. Por exemplo, em pesquisa realizada nos principais periódicos jurídicos dos Estados Unidos, Epstein e King (2013) observaram que as regras de inferência e metodológicas são frequentemente ignoradas ou violadas nas pesquisas empíricas em Direito. Esses autores concluíram que a prática comum seria desenvolver artigos com base em técnicas de persuasão típicas da advocacia, e não nas regras de inferência que guiariam pesquisas empíricas em Ciências Sociais e Naturais. Em síntese, observa-se um claro isolamento das pesquisas em Direito em relação às demais áreas do saber.

exemplo, o uso das notas de rodapé, que podem exercer as funções de explicar conceitos mais técnicos para quem não está familiarizado com o tema da pesquisa e realizar aprofundamentos que, se fossem mantidos no corpo principal do trabalho, tornariam a leitura excessivamente árida.

Em relação à metodologia, há muitas possibilidades epistemológicas e teórico-metodológicas, mas, se pegarmos o exemplo das pesquisas empíricas em Direito, podemos afirmar que os relatórios devem apresentar justificadamente o “como” da investigação. Em geral, espera-se que esses textos explicitem as operações realizadas para coletar dados, resumir informações e produzir inferências descritivas ou causais na pesquisa, isto é, os procedimentos metodológicos que conduziram aos resultados da investigação (EPSTEIN; KING, 2013).

As escolhas metodológicas refletem o modo como são estabelecidas as questões de pesquisa e analisados os dados. As metodologias predominantemente quantitativas ou estatísticas estão ligadas aos problemas de mensuração, como em pesquisas de opinião e questionários. Já as metodologias predominantemente qualitativas costumam ser associadas a análises de questões mais profundas e contextualizadas, como nas técnicas de estudo de caso, observação participante e entrevista semiestruturada. Contudo, não se pode deixar de notar que as semelhanças entre esses dois tipos ideais de pesquisa são “mais relevantes do que suas diferenças”. Ambos são utilizados para “observar como a sociedade funciona, descrever a realidade social e também responder a questões específicas sobre a realidade social” (BECKER, 2014).

No entanto, não basta nos tornarmos especialistas em escrita acadêmica e metodologia do trabalho científico. Precisamos também nos especializar no tema da pesquisa. A qualidade do conteúdo do nosso texto depende da seleção de um material bibliográfico, normativo, estatístico etc. que permita um conhecimento aprofundado sobre o tema.

Devemos privilegiar em nossas leituras textos monográficos (isto é, textos que tenham se debruçado sobre problemas de pesquisa específicos). Artigos científicos⁵, dissertações de mestrado e teses de doutorado⁶ são bons exemplos desse tipo de texto.

O uso de obras panorâmicas (manuais, cursos, etc.) deve ser realizado com bastante cautela. Embora permitam uma rápida contextualização do tema no âmbito de determinadas disciplinas (como Direito Civil, Direito Constitucional, Direito Penal etc.), tais obras costumam abordar os tópicos de forma superficial. Além disso, esses textos nem sempre adotam o estilo ou a metodologia que se espera de um trabalho científico. Em geral, o seu objetivo é mais didático (buscando facilitar a transmissão de conhecimento especialmente em cursos de bacharelado) ou prático (servindo de apoio para consultas rápidas no exercício das profissões) do que propriamente científico.⁷

Por outro lado, essa literatura pode oferecer um mapeamento inicial importante do chamado “senso comum teórico dos juristas” (WARAT, 1982). Ela possibilita *insights* úteis para uma reflexão crítica sobre o “estado da arte” ou “estado do conhecimento” na área da pesquisa, uma vez que oferece um quadro geral dos discursos relativamente estabilizados em torno de diversos temas, tanto na legislação e na jurisprudência, quanto na doutrina jurídica.⁸

A etapa de preparação ou planejamento apresentada nesta seção é fundamental e, como já mencionado, deve ser retomada ao longo das demais fases da pesquisa. Por isso, não devemos protelar muito o início da escrita. Sugiro até mesmo que essa etapa seja

⁵ Oportuno registrar que as Universidades costumam firmar contratos com alguns dos principais periódicos especializados, cujo acesso privado implicaria custos para os pesquisadores. Portanto, pode-se utilizar os computadores e a rede de internet das Instituições de Ensino Superior para ter acesso a um número maior de publicações especializadas. Em algumas bibliotecas universitárias, é possível solicitar que o acesso seja habilitado no computador pessoal dos pesquisadores para conexão em suas residências, por meio de uma rede privada virtual (*Virtual Private Network – VPN*).

⁶ Aqui mais uma recomendação prática é relevante: consultar o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (2019) para garantir revisões de literatura atualizadas em relação à produção científica nacional em torno das nossas temáticas de pesquisa. Como nem todos os trabalhos estão diretamente disponíveis para download no Catálogo, pode ser necessário buscá-los nos sites (ou prateleiras) das respectivas bibliotecas universitárias.

⁷ Há uma extensa bibliografia nas áreas da Teoria e da Sociologia do Direito acerca da cientificidade ou não da produção acadêmica no campo do Direito, notadamente das obras da chamada doutrina ou dogmática jurídica. Ver, para um panorama da discussão, Ferraz Junior (2010, p. 21-24), Luhmann (1983, p. 20-21) e Ramos (2014).

⁸ Como aponta Warat (1982), o “senso comum teórico dos juristas” apresenta algumas regiões articuláveis entre si, como a “região das crenças ideológicas”, a “região das opiniões éticas” e a “região das crenças epistemológicas”.

desenvolvida em paralelo à fase de planejamento, que já requer a elaboração de alguns esboços, rascunhos ou textos provisórios.

Evidentemente, há quem prefira resistir “à tentação de começar a escrever antes de [...] ter terminado de ler tudo” que for significativa acerca do tópico da investigação, pois as “últimas poucas coisas” que estudarmos “podem radicalmente mudar” a nossa ideia sobre os rumos que a análise deve tomar (DELGADO, 1986, p. 450). Contudo, como sustento neste artigo, a contingência ou incerteza é inerente à atividade de pesquisa, razão pela qual, ainda que cautelas para evitar a perda de tempo sejam importantes, dificilmente escapa-se da necessidade de replanejamento e reescrita durante uma investigação.

Em síntese, proponho que devemos começar a escrever o quanto antes. Para tanto, é recomendável, por exemplo, escolhermos e cursarmos as disciplinas pensando em como elas podem nos ajudar a escrever capítulos ou seções das nossas monografias, dissertações ou teses. Não devemos deixar para escrever o texto apenas após cumprir os créditos do curso. Escrever é, em grande medida, reescrever. O ato de “colocar no papel” as ideias ajuda a pensar e a aperfeiçoar os argumentos.

Se já temos um problema de pesquisa, uma hipótese (resposta possível) e um corpo de evidências que sustentem a resposta, podemos desenvolver a escrita de um esboço ou rascunho das partes do trabalho. O primeiro passo é elaborar um sumário provisório. Com esse “esqueleto” ou “roteiro” pronto, podemos escrever os capítulos e as seções do trabalho à medida que lermos os textos e analisarmos os dados que possam ser neles incluídos (BOOTH; COLOMB; WILLIAMS, 2005, p. 203-204).

O segundo passo é a escrita de pelo menos dois parágrafos provisórios em cada capítulo e seção: um parágrafo inicial em que afirmamos o que será escrito (e a relação disso com o resto do trabalho ou capítulo) e um parágrafo conclusivo em que reafirmamos a importância de termos escrito o capítulo ou seção (no contexto do trabalho ou capítulo). Trata-se de uma espécie de projeto de capítulo ou seção em que justificamos a importância dessa parte do trabalho para chegarmos a uma resposta ao problema da pesquisa.

No texto final, esses parágrafos introdutórios e conclusivos – que costumam ser os últimos a ficar prontos – servirão de transição para as seções e capítulos do trabalho,

devendo guiar os leitores da nossa história, lembrando-os do enredo principal que cada cena ajuda a desenrolar. Ainda que, por questões estilísticas, sejam alterados ou mesmo suprimidos da versão final do texto, tais parágrafos contribuem para a reflexão sobre o encadeamento dos argumentos, capítulos e seções ao longo do desenvolvimento da pesquisa e da escrita.

Essa pequena tarefa pode nos ajudar a verificar se cada capítulo e seção estão bem justificados e se fazem sentido no contexto do trabalho. Além disso, com esses “projetos” de capítulo e seção, tem-se mais clareza sobre onde incluir as ideias, citações, casos, exemplos e dados que surgem ao longo da pesquisa⁹.

Embora as informações possam ficar soltas no início (às vezes, parecendo uma espécie de fichamento desconexo) e seja necessário “descartar” partes do texto provisório ao longo da pesquisa, esse procedimento ajuda a organizar os dados coletados e a escrita do trabalho científico. Ademais, os trechos eventualmente “descartados” podem ser revisitados, seja para a utilização em outras partes do trabalho, seja para a elaboração de artigos futuros.

Em síntese, o planejamento e a escrita são atividades que podem ser desenvolvidas paralelamente. Embora seja importante a delimitação dessas diferentes etapas da pesquisa, verifica-se uma relação dialética entre elas. Como se viu, a imagem da espiral contribui para a compreensão da importância de a fase do planejamento ser revisitada ao longo do processo de escrita. Portanto, assim como escrever é reescrever, planejar também é, muitas vezes, replanejar.

3 RECALIBRAÇÃO DO PROBLEMA OU HIPÓTESE E OBSERVAÇÃO DA PESQUISA SOB OUTROS ÂNGULOS

Ao longo de uma investigação, pode-se identificar um paradoxo inerente à ideia de projetos de investigação. Tal paradoxo está ligado ao problema de pesquisa e à sua proposta de solução (hipótese). No projeto, devemos formular uma questão central, que,

⁹ Ver, para uma proposta de escrita “em camadas” do trabalho acadêmico com base em cinco passos (1 - esqueleto de cinco páginas; 2 - sumário descritivo; 3 – principais referências; 4 – casos, exemplos, dados empíricos e demais referências; e 5 – introdução e conclusões), Queiroz e Feferbaum (2012).

caso respondida, poderá contribuir para o avanço da ciência. Pressupõe-se, portanto, um desconhecimento, uma dúvida. Contudo, não é possível saber com precisão aquilo que ainda não sabemos. Esse é o paradoxo: temos que identificar um problema para o qual ainda não temos solução, mas que precisa ser solucionável pelos meios que estão disponíveis (tempo, dinheiro, fontes de dados, estado da arte etc.)¹⁰.

Muitas vezes, um problema que parece ótimo, em razão dos avanços da nossa compreensão sobre o tema, pode tornar-se muito vago, não surpreendente, irrelevante, não solucionável com os meios disponíveis etc. e, por isso, precisaremos realizar os ajustes necessários para que ele volte a ser surpreendente, relevante, instigante ou, simplesmente, realista. O problema e a busca da resposta são o centro de toda pesquisa, razão pela qual pode ser necessário recalibrá-los ao longo da investigação.

Por isso, observar a pesquisa e o texto sob outros ângulos é muito importante. Para tanto, é útil nos afastarmos um pouco do trabalho. Ouvir músicas, ler poesias e romances, assistir a filmes, ir ao teatro, a shows, a bares, a restaurantes etc. Esses momentos são importantes não apenas para o nosso descanso, mas também para buscarmos inspiração para o trabalho, notadamente por meio da oportunidade de observá-lo sob outros pontos de vista.

Ao selecionar o que ler, ouvir, assistir ou conversar em nossos momentos de lazer, por que não escolher, às vezes, aquilo que apresenta alguma relação com o nosso tema de pesquisa? Afinal, se escolhemos esse objeto é porque temos razoável curiosidade e interesse em compreendê-lo (ou, pelo menos, precisamos desenvolver isso para que a pesquisa não se torne uma tortura lenta). Se não for possível ter algum entusiasmo com a pesquisa, talvez seja o caso de repensarmos o tema.

Na mesma direção, é relevante verificar como o nosso tópico é estudado, descrito ou abordado por outros sistemas sociais, áreas científicas e disciplinas. Podemos, por exemplo, acompanhar, em diversas redes sociais, as associações, organizações, movimentos sociais, políticos, juristas, economistas, pesquisadores que atuam na nossa

¹⁰ Ver, para um modelo ou método cibernético, segundo o qual, na ciência, as “posições de partida” e “todos os passos” podem ser continuamente revisados, Luhmann (1996, p. 296-301).

área ou tema de pesquisa. Precisamos estar informados e atualizados sobre o que eles estão fazendo, promovendo, estudando etc.

Como pontua Eco (2014, p. 136-138), a humildade científica transcende a dimensão ética. Trata-se de uma questão metodológica: “Todos podem ensinar-nos alguma coisa. [...] quando queremos fazer uma pesquisa, não podemos desprezar nenhuma fonte, e isso por princípio.”

Além disso, sempre que possível, devemos recorrer a técnicas de pesquisa que nos façam ir ao campo, como o estudo de caso, a entrevista e a observação direta. O recurso a tais metodologias de caráter indutivo ou empírico permite observar não apenas o funcionamento do direito estatal, mas também dos costumes, hábitos, contratos, estatutos etc., que representam grande parte das fontes do direito (EHRlich, 1986). O acesso a uma série de informações e documentos relevantes para os rumos da pesquisa pode depender do contato direto com informantes, como advogados, juízes, servidores públicos, médicos, professores, urbanistas.¹¹

O uso de múltiplas fontes de evidências na pesquisa tem a vantagem de permitir o que a literatura de Metodologia da Pesquisa chama de “triangulação”, isto é, “o desenvolvimento de *linhas convergentes de investigação*”: “A triangulação inspira-se no princípio da navegação pelo qual a interseção de diferentes pontos de referência é usada para calcular a localização precisa de um objeto”. Em síntese, os achados ou conclusões da pesquisa, provavelmente, serão “mais convincente[s] e acurado[s] se for[em] baseado[s] em diversas fontes diferentes de informação, seguindo uma convergência semelhante”, ou seja, corroborando as mesmas descobertas (YIN, 2015, p. 124)¹².

¹¹ Oportuno registrar que pesquisas de campo podem exigir uma série de cuidados éticos e metodológicos específicos, como a obtenção de autorizações de comitês de ética em pesquisa, a coleta de termos de consentimento livre e esclarecido dos entrevistados, a gravação das entrevistas e o registro fotográfico das observações diretas. Antes de realizar pesquisas de campo, é necessário revisar a literatura especializada a respeito das técnicas de pesquisa que serão utilizadas (como estudo de caso, entrevista e observação direta), consultar as normas jurídicas aplicáveis (como a Resolução nº 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde) e os regimentos internos da Instituição de Ensino Superior.

¹² Além da triangulação “das fontes de dados (*triangulação dos dados*)”, pode-se recorrer a outros tipos de triangulação, como: “entre diferentes avaliadores (*triangulação do investigador*)”; “de perspectivas para o mesmo conjunto de dados (*triangulação da teoria*)”; e “dos métodos (*triangulação metodológica*)” (YIN, 2015, p. 124-125).

Desse modo, ao contrário do que pode parecer à primeira vista, a necessidade de recalibrar o nosso problema ou hipótese de pesquisa não necessariamente representa um obstáculo. A percepção de que o problema ou hipótese pode ou deve ser melhorado, detalhado, ajustado etc. indica que estamos avançando na compreensão da questão central da nossa pesquisa, isto é, daquilo que ainda não sabemos. Esse processo pode ser acelerado ou intensificado quando nos aprofundamos na literatura especializada acerca do tema e nos dados levantados, mas também quando observamos o nosso problema ou hipótese sob outras lentes. Importantes *insights* podem ser extraídos de uma exposição do nosso projeto de pesquisa a outras racionalidades, pontos de vista, lógicas de análise e fontes de dados.

4 EXPOSIÇÃO DO PROJETO E DOS RELATÓRIOS PARCIAIS À CRÍTICA

A abertura à crítica é outro elemento que contribui para o sucesso de uma pesquisa. Trata-se, novamente, de um exercício de humildade acadêmica.

O primeiro aspecto que precisa ser aqui mencionado é a relação com o orientador. Esse ponto é bastante delicado e depende de uma série de fatores, como a tradição da área de conhecimento, a cultura institucional, o perfil profissional e a personalidade do orientador. Contudo, em linhas gerais, pode-se seguir a recomendação de Eco (2014. p. 144-145):

Use o orientador como cobaia. Faça-o ler os primeiros capítulos (e depois, aos poucos, o resto) com boa antecedência antes da entrega da tese. As reações dele poderão ser de grande utilidade. Se o orientador for uma pessoa muito ocupada (ou preguiçosa), recorra a um amigo. Verifique se qualquer pessoa pode entender o que você escreveu. Não se faça de gênio solitário.

Não se deve esperar necessariamente muitas diretrizes do orientador, mas, caso ele as ofereça, é recomendável prestar bastante atenção. Ele, provavelmente, tem muito mais experiência em pesquisa, escrita acadêmica e avaliação de trabalhos científicos do que a maioria das pessoas que temos acesso. No entanto, também devemos aproveitar para

trocar experiências e ideias com amigos¹³, colegas e outros professores. A pesquisa e o texto acadêmico devem ser inéditos, mas não precisam ser (totalmente) sigilosos.

Seguindo essa mesma lógica, é importante participar de eventos científicos em que seja possível apresentar e discutir os nossos projetos ou partes dos trabalhos com outros pesquisadores. Além disso, é útil escrever o máximo possível no chamado projeto de qualificação, já que se trata de um dos melhores momentos para testar as nossas ideias. Embora a banca de qualificação apenas seja comum em Programas de Pós-Graduação, a ideia pode ser replicada por graduandos interessados em testar o seu projeto ou texto em elaboração. Alguns colegas pesquisadores e mesmo o orientador e outros professores interessados podem ser convidados para ler e debater o trabalho em andamento.

Em todas essas oportunidades, devemos deixar claro quais são as nossas principais dúvidas e dificuldades. Nós somos os especialistas em nossas próprias pesquisas, e não quem leu ou ouviu algo sobre elas. Por isso, precisamos indicar as partes que mais precisamos e queremos discutir.

O trabalho será muito melhor se soubermos ouvir e aproveitar as críticas, mas também é importante perceber quando as críticas não são boas, relevantes, respeitadas, honestas ou construtivas. Como quase todas as áreas, a academia não está imune à frustração, vaidade, arrogância etc., então se, por um lado, precisamos estar sempre abertos às críticas, por outro lado, é necessário saber filtrar essas informações e, sempre que possível, escolher bons interlocutores.

O outro lado da moeda também é importante: devemos estar disponíveis para os nossos colegas e oferecer-lhes críticas específicas (e, quando necessário, duras). A ciência é um empreendimento coletivo e a crítica é parte fundamental dessa empreitada. Então, devemos ser honestos, contributivos e gentis em nossas avaliações: destacar os pontos positivos específicos e a forma como, sob o nosso ponto de vista, os problemas (igualmente específicos) poderiam ser resolvidos. Não podemos esquecer, quando formos

¹³ Um bom problema ou hipótese de pesquisa pode ser explicado, em linhas gerais, até em 5 minutos de conversa com amigos. É útil verificar qual é o “senso comum” sobre o tema de pesquisa. Por isso, esse exercício não deve ser realizado apenas com os amigos da área, mas também com aqueles que não dominam, por exemplo, a linguagem científica ou a técnica jurídica. Como visto na seção anterior, observar a pesquisa sob diferentes pontos de vista revela-se um procedimento útil.

receber ou realizar críticas, que todos temos pontos cegos e limitações em razão das nossas trajetórias pessoais, profissionais, acadêmicas.

Críticas honestas podem ajudar a estimar o grau de incerteza das inferências de uma pesquisa, por exemplo, contribuindo para a identificação dos elos mais fracos das cadeias argumentativas do trabalho (como as evidências empíricas mais frágeis ou suscetíveis a ataques). Isso permite que as evidências contrárias às nossas hipóteses não sejam negligenciadas, evitando, assim, relatórios de pesquisa não apenas pouco confiáveis, mas também frágeis, já que uma das melhores formas de os fortalecer é justamente enfrentar de modo adequado os argumentos contrários (EPSTEIN; KING, 2013).

Assim, a exposição a boas críticas é fundamental para identificarmos pontos a serem melhorados em nossos trabalhos. Não devemos nos preocupar muito com o risco de “roubarem” as nossas ideias. A ciência é um campo que depende da solidariedade, generosidade e compartilhamento de ideias e descobertas. Apesar de ao longo da carreira acadêmica ouvirmos alguns relatos isolados de “ideias furtadas”, em geral, os benefícios (isto é, os comentários, as sugestões, as ideias, as críticas) que obtemos quando expomos os nossos trabalhos à avaliação de amigos, colegas e professores são muito mais relevantes do que os possíveis riscos ou danos de ideias plagiadas.

5 LINGUAGEM CIENTÍFICA E GLOBALIZAÇÃO DA CIÊNCIA

A ciência tem uma linguagem, racionalidade ou lógica própria. O domínio do código ou forma científica contribui para a consistência do texto. O modo como a ciência argumenta não é exatamente o mesmo modo como se argumenta, por exemplo, na prática política ou jurídica. O convencimento científico segue regras próprias que não podem ser confundidas com as de outras esferas da vida social (LUHMANN, 1996).

Ao produzir trabalhos científicos, precisamos embasar as nossas afirmações em dados ou em estudos anteriores que tenham abordado as questões específicas que sustentamos. Por outro lado, devemos ter cuidado com os argumentos de autoridade, que, embora comuns e relativamente aceitos na prática jurídica, devem ser evitados na ciência. Como indica Oliveira (2015. p. 165-166), as fontes citadas não devem ser tratadas nem com reverência, nem com desprezo:

Contaminação talvez do estilo adotado no foro, onde é preciso convencer o juiz de que se está com o melhor direito (e portanto com a melhor *doutrina*), trata-se de um apelo ao argumento de autoridade, expresso em fórmulas do tipo ‘como preleciona fulano de tal’, ‘segundo o magistério de sicrano’ etc., típico de advogados preocupados antes em convencer com apelos a uma retórica ‘coimbrã’ do que em demonstrar com dados cuja força decorra da própria exposição. Definitivamente, é preciso que os juristas se convençam de que, ao escreverem um trabalho acadêmico, não podem tratar suas hipóteses de trabalho como se estivessem defendendo causas.

Contudo, não se pode deixar de notar que, em geral, os autores reconhecidos em nossas áreas ou especialistas em nossos temas têm trabalhos relevantes que precisam ser lidos, para que se esteja bem situado em relação ao já citado “estado da arte”. É útil também observar as obras que são mobilizadas por eles, o modo como se referem a outros autores, o seu estilo de escrita etc. Cursos de graduação, especialização, mestrado e doutorado são também etapas do processo de socialização no mundo acadêmico: estamos aprendendo a pesquisar e, para tanto, precisamos de alguns bons modelos para seguir. Por outro lado, não devemos abrir mão do senso crítico. É importante saber identificar ou construir o nosso próprio estilo, extraindo o que há de melhor dos vários autores que de algum modo nos influenciam e das obras especializadas em metodologia e escrita científica.

Dentre outras razões, como no Brasil, infelizmente, não se investe o suficiente em pesquisa, é comum que parte da vida acadêmica, ou toda ela, seja desenvolvida em paralelo a outras atividades profissionais. Não raro, os pesquisadores são socializados, ao mesmo tempo, em dois mundos que podem até ser parecidos, próximos ou convergentes: o “mundo da ciência” e o “mundo da prática”. No entanto, as formas de “pensar” e “argumentar” nesses dois mundos são bastante diferentes e precisamos tomar cuidado para saber “virar a chave em nossa cabeça” quando estivermos lidando com cada um deles.¹⁴

Evidentemente, há abordagens epistemológicas, teóricas e metodológicas que permitem (e até aconselham) uma maior união entre teoria e prática ou ciência e política. Se optarmos por tais perspectivas, é recomendável buscar obras de referência que as

¹⁴ Aqui, novamente, encontramos uma vasta bibliografia nas áreas da Sociologia Jurídica e da Teoria do Direito, como, por exemplo, Weber (1977), Durkheim (1999), Kelsen (2011), Habermas (2011) e Bora (2016).

sustentem. Como toda decisão teórico-metodológica, essa também precisa ser bem justificada e fundamentada.

Outro aspecto importante acerca do modo como a ciência e sua linguagem funcionam na contemporaneidade está ligado à sua dimensão global. Os problemas locais estão, em grande medida, conectados globalmente. Por exemplo, um pesquisador das favelas brasileiras poderá ajudar e ser ajudado por um pesquisador de moradores de rua no Japão, mas para isso eles precisam compartilhar alguns códigos comuns, como o domínio de um idioma que permita o diálogo.

Então, se quisermos produzir contribuições científicas relevantes e que sejam lidas e discutidas ao redor do mundo, é aconselhável que se busque, por exemplo, aprender a escrever e discutir em inglês. Ainda que seja importante um olhar crítico em relação a esse fato, o referido idioma é considerado a “língua franca” do mundo acadêmico (SANTOS, 1997, p. 15). Então, devemos aprender espanhol, italiano, francês, alemão, japonês, russo etc., mas não podemos negligenciar a língua inglesa. Ela permite a participação em cursos, eventos e publicações internacionais e abre portas para que seja possível realizar estágios de pesquisa no exterior durante o doutorado ou pós-doutorado.

A língua inglesa também permite um maior acesso ao que é produzido ao redor do mundo. Em nossas revisões de literatura, é importante, sempre que possível, a inclusão de artigos e livros estrangeiros. Há também organizações globais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização dos Estados Americanos (OEA), o Banco Mundial, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) etc., produzindo normas, diretrizes e estudos técnicos sobre os mais diversos problemas mundiais. O acesso a esses documentos, que nem sempre estão traduzidos para a língua portuguesa, pode ser decisivo para uma adequada compreensão do contexto global do nosso tema e problema de pesquisa.

No caso do Brasil, o domínio do idioma espanhol também se mostra particularmente importante. Grande parte dos problemas sociais brasileiros apresenta pontos de contato com a história e a realidade dos demais países latino-americanos. Assim, o contato com trabalhos, pesquisadores e centros de pesquisa, bem como com

estudos e diretrizes de organizações regionais, que adotem o idioma espanhol tem muito a contribuir com pesquisas sobre a realidade social brasileira.

Portanto, a ciência apresenta uma racionalidade própria. Trata-se de um sistema social com suas próprias rotinas e códigos. Cabe aos pesquisadores, conforme as expectativas inerentes a cada uma das etapas de suas carreiras acadêmicas, aprofundarem-se na compreensão dessa lógica. Como visto na presente seção, isso passa pelo entendimento do estilo aceito pela comunidade científica e, em especial, pela nossa área ou campo de pesquisa. O domínio da “linguagem científica” deve ser desenvolvido em paralelo ao estudo de idiomas, especialmente a língua inglesa, em razão da inegável importância que ela assume na atualidade para o sistema científico.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: LUGAR DE OBSERVAÇÃO E REVISÃO DO TEXTO

Precisamos tomar algumas precauções em relação aos nossos temas de pesquisa. Os contatos prévios com eles podem nos ajudar a identificar um problema de pesquisa e a acessar informações relevantes de forma mais fácil e rápida, mas é necessário cuidado para não sermos “induzidos a erro” ou “traídos” pelos nossos pré-conceitos ou pelas nossas experiências prévias. Refiro-me, aqui, por exemplo, a temas com os quais podemos ter atuado no já mencionado “mundo da prática”.

Isso porque se já temos pontos de vista consolidados sobre um tema, é importante buscarmos outras perspectivas. Tornou-se comum o recurso à ideia de “lugar de fala”, mas, para os fins deste texto, prefiro usar a expressão “lugar de observação”. As pessoas exercem diferentes papéis sociais e possuem experiências de vida que as fazem, em razão disso, olhar o mundo de um modo mais próximo ou distante do nosso.

Como defendi ao longo deste texto, não podemos negligenciar os outros olhares sobre o nosso tema de pesquisa. Em alguma medida, é importante duvidar do nosso ponto de vista, ainda que seja para desenvolver críticas e argumentos mais consistentes e efetivos. Devemos refletir seriamente sobre as outras hipóteses plausíveis para solucionar o nosso problema de pesquisa ou as questões norteadoras do trabalho e, se necessário, realizar ajustes no projeto de investigação.

Contudo, em algum momento precisaremos parar de recalibrar e testar as nossas hipóteses. Trata-se da fase em que prepondera o trabalho de revisão, os ajustes finais dos capítulos e a elaboração ou lapidação dos textos da introdução, da conclusão e do resumo.

É necessário guardar um tempo razoável para tal etapa. É comum que muitas pontas soltas sejam deixadas no texto ao longo da condução da pesquisa. Esse é um momento de desprendimento, em que precisamos saber cortar ideias e argumentos que não tivemos o tempo, o fôlego ou os meios adequados para desenvolver.

Tais pontas soltas podem ser amarradas em notas de rodapé, onde ideias secundárias e menos desenvolvidas podem ser indicadas, ou na conclusão, quando podemos anunciar as possíveis pesquisas que se abrem a partir do trabalho ou as investigações futuras que podem complementá-lo. Na introdução (ou em notas de rodapé ao longo do trabalho) também podemos indicar que alguns temas não fizeram parte do objeto principal da pesquisa em razão dos recortes do trabalho.

Conforme apontado ao longo das seções deste texto, a revisão não deve acontecer apenas no final do prazo, mas durante todas as etapas da pesquisa. Precisamos visitar constantemente o nosso planejamento, problema, hipótese, questões norteadoras, argumentos centrais e texto. A ciência pressupõe incerteza, dúvida, contingência. Ao contrário de outros atores sociais, um cientista pode e deve rever todos os seus passos, inclusive o de partida, mas também precisa depositar ou publicar o seu relatório e, portanto, colocar em seu trabalho um (provisório) ponto final.



REFERÊNCIAS

CAPES. **Catálogo de Teses e Dissertações**. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/>. Acesso em: 5 nov. 2019.

BARROS, Kazue Saito Monteiro de. Réplica 1 - o que é um ensaio? **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 15, n. 2, p. 333-337, abr. 2011.

BECKER, Howard S. A epistemologia da pesquisa qualitativa. **Revista de Estudos Empíricos em Direito**, v. 1, n. 2, jul. p. 184-199, 2014.

BOOTH, Wayne C.; COLOMB, Gregory G.; WILLIAMS, Joseph M. **A arte da pesquisa**. Tradução Henrique A. Rego Monteiro. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BORA, Alfons. Sociology of Law in Germany: Reflection and Practice. **Journal of Law and Society**, v. 43, n. 4, p. 619-646, Dec. 2016.

DELGADO, Richard. How to write a law review article. **University of San Francisco Law Review**, v. 20, n. 445, 1986.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. Tradução Eduardo Brandão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. Tradução Gilson Cesar Cardoso de Souza. 25. ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

EHRlich, Eugen. **Fundamentos da Sociologia do Direito**. Tradução René Ernani Gertz. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.

EPSTEIN, Lee; KING, Gary. **Pesquisa empírica em direito: as regras de inferência**. São Paulo: Direito GV, 2013.

FARIA, José Eduardo; CAMPILONGO, Celso Fernandes. **A Sociologia Jurídica no Brasil**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1991.

FERRAZ JUNIOR, Tercio Sampaio. **Introdução ao Estudo do Direito: técnica, decisão, dominação**. São Paulo: Atlas, 2010.

GREENE, Anne E. **Writing Science in Plain English**. Chicago and London: University of Chicago Press, 2013.

HABERMAS, Jürgen. Conhecimento e interesse. In: HABERMAS, Jürgen. **Técnica e ciência como "ideologia"**. Reimp. Lisboa: Edições 70, 2011.

KELSEN, Hans. **Teoria pura do direito**. Tradução João Baptista Machado. 8 ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

KEMMIS, Stephen; MCTAGGART, Robin; NIXON, Rhonda. **The action research: doing critical participatory action research**. Singapore: Springer Singapore, 2014.

LUHMANN, Niklas. **La ciencia de la sociedad**. Traducción de Silvia Pappé, Brunhilde Erker, Luis Felipe Segura. Ciudad de México, Guadalajara, Barcelona: Universidad Iberoamericana, ITESO, Editorial Anthropos, 1996.

LUHMANN, Niklas. **Sistema jurídico y dogmática jurídica**. Tradução de Ignacio de Otto Pardo. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1983.

NOBRE, Marcos. Apontamentos sobre a pesquisa em direito no Brasil. **Cadernos Direito GV**, 2009.

MANEGHETTI, Francis Kanashiro. O que é um ensaio-teórico. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 15, n. 2, p. 320-332, mar./abr. 2011.

OLIVEIRA, Luciano. A pesquisa sociojurídica: indicações. In: OLIVEIRA, Luciano. **Manual de Sociologia Jurídica**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo; FEFERBAUM, Marina. Apontamentos sobre a redação e o texto do trabalho acadêmico. *In*: QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo; FEFERBAUM, Marina (coord.). **Metodologia jurídica**: um roteiro prático para trabalhos de conclusão de curso. São Paulo: Saraiva, 2012.

RAMOS, Luiz Felipe Rosa. **Por trás dos casos difíceis**: a dogmática jurídica e o paradoxo da decisão indecidível. 2014. 172 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Por uma concepção multicultural de direitos humanos. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 48, p. 11-38, jun. 1997.

WARAT, Luis Alberto. Saber crítico e senso comum teórico dos juristas. **Seqüência: Estudos Jurídicos e Políticos**, Florianópolis, p. 48-57, jan. 1982.

WEBER, Max. **Sobre a teoria das ciências sociais**. 2. ed. Tradução Carlos Grifo Babo. Lisboa: Editora Presença, 1977.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Tradução Cristhian Matheus Herrera. 5. ed. Porto Alegre, Bookmann, 2015.

FONSECA, Gabriel Ferreira da. Pesquisa e escrita acadêmica em direito: um ensaio sobre a elaboração de monografias, dissertações e teses. **RBSD – Revista Brasileira de Sociologia do Direito**, v. 7, n. 2, p. 58-77, maio/ago. 2020.

Recebido em: 22/11/2019

Aprovado em: 25/03/2020